FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DO AMBIENTE – 4.º ANO DIA – 2021/2022

PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

EXAME ESCRITO – ÉPOCA NORMAL: 14 DE JUNHO DE 2022

GRUPO I (14 val.: 4 + 4 + 6)

No passado mês de fevereiro, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática anunciou publicamente os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica relativa ao *Programa de Prospeção e Pesquisa do Lítio* ('PPP Lítio'), que concluiu haver condições para se proceder à prospeção e pesquisa em seis das oito áreas submetidas a apreciação, todas na região Norte, dado daí não resultarem danos consideráveis para o ambiente. O Governo anunciou ainda que depois desta avaliação estratégica vão ser iniciados os concursos públicos para a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa do lítio nos locais escolhidos e consequentemente celebrados os respetivos contratos de concessão de exploração, após o que promoverá os procedimentos de avaliação ambiental de cada um dos projetos de exploração, enfatizando ainda que esta seria “a primeira vez, em Portugal, em que se realizaria uma dupla avaliação ambiental”.

A organização ambiental «Lítio no Norte Não», que garante não ter tido qualquer oportunidade de participar no âmbito da avaliação ambiental estratégica, da qual só agora teve conhecimento, pronuncia-se contra a exploração do lítio em todos os locais em questão, invocando «elevadíssimas consequências tóxicas para o ambiente» e considerando imprescindível a realização de todas as avaliações ambientais relativas a cada uma das explorações mineiras, previamente à abertura dos concursos, sob pena de ilegalidade.

Tendo presente esta hipótese:

- a) Explique se e em que medida o PPP Lítio deveria ter sido efetivamente submetido a avaliação ambiental estratégica.**

Identificação das bases jurídicas fundamentais da AAE: Diretiva 2001/42 e DL 232/2007 ('RJAAE'). A avaliação ambiental de *planos e programas* como objeto da AAE: cfr. o artigo 2.º do RJAAE. Caracterização do PPP Lítio como *programa sectorial* (no domínio da energia/recursos geológicos) à luz do RJIGT (DL 80/2015): cfr. o artigo 39.º/2, *a*). Subsunção do PPP Lítio, pelo menos, ao artigo 3.º/1, *a*) do RJAAE, por se tratar de um programa para o sector da energia enquadrador de futuros projetos (as minas) que, por sua vez, estão submetidas a AIA. Inaplicabilidade de qualquer causa de *isenção* nos termos do artigo 4.º do RJAAE.

- b) Explique se e em que medida cada uma das explorações mineiras deve ser submetida a avaliação de impacto ambiental.**

Identificação das bases jurídicas fundamentais da AIA: Diretiva 2011/92 e DL 151-B/2013 ('RJAIA'). A avaliação ambiental de *projetos (públicos ou privados) que sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente* como objeto da AIA: cfr. o artigo 1.º/1 do RJAIA. Delimitação do âmbito de aplicação da AIA em função do *tipo* de projeto em questão: sujeição obrigatória (artigo 3.º/3, *a*) e *b*), *i*) do RJAIA) vs. sujeição casuística (artigo 3.º/3, *b*), *ii*) e *iii*) e *c*) do RJAIA). No caso de minas de extração de lítio, a submissão a AIA é em princípio obrigatória, por integração ou no Anexo I, ponto 18 (quando de área superior a 25ha) ou no Anexo II, ponto 2, *a*) (quando de área igual ou superior a 15ha).

- c) Imaginando que a Associação «Lítio no Norte Não» pretende reagir judicialmente de modo a bloquear imediatamente todo o processo em curso, (i) desenvolva as razões jurídicas passíveis de apoiar a sua pretensão, e (ii) identifique a que título, perante que tribunais e através de que meios esta Associação poderia reagir.**

Possíveis argumentos jurídicos a mobilizar pela Associação: (i) a alegada preterição da consulta pública, que é exigida nos termos do artigo 7.º/6 do RJAAE, determina a nulidade do PPP Lítio, quando aprovado, *ex vi* artigos 143.º/1 e 144.º/2 do CPA e, potencialmente, também a nulidade de todos os atos administrativos posteriores nele enquadrados, *ex vi* artigo 161.º/2, *d*) do CPA (cfr. também o artigo 6.º/2, *a*) da LBA); (ii) o anúncio de que a AIA relativa às minas só se realizará após a celebração dos contratos de concessão de exploração contraria a função preventiva da AIA (cfr. o artigo 1.º/2 do RJAIA e, em concreto, o artigo 27.º/1 do DL 30/2021), donde redundaria em nulidade de todos os atos praticados, seja novamente por preterição das legalmente exigidas fases de consulta pública (cfr. o artigo 15.º do RJAIA), seja, *in limine*, por preterição total do procedimento exigido, *ex vi* artigo 161.º/2, *d*) e *l*) do CPA.

Modo de reação jurisdicional: (i) reconhecimento de legitimidade popular à Associação, *ex vi* artigo 52.º/3, *a)* da Constituição, 7.º/2, *a)* da LBA, artigos 1.º e 2.º da LAP (L 83/95) e artigo 9.º/2 do CPTA, pressupondo que a mesma integra a defesa de interesses ambientais no seu objeto social; (ii) estando em causa, em primeira linha, a sindicância de atuações jurídico-públicas consideradas lesivas do ambiente, os tribunais competentes seriam sempre os da jurisdição administrativa, *ex vi* artigo 4.º/1, *a)*, *b)* e/ou *k)* do ETAF; e acaso já tivessem sido criados e instalados, em concreto, os júzós de urbanismo, ambiente e ordenamento do território dos TAF's, *ex vi* artigo 44.º-A/1, *c)* do ETAF (iii) sem prejuízo da mobilização de uma ação administrativa não-urgente contra o Ministério do Ambiente, com pedido inibitório e/ou impugnatório sobre os atos praticados ou a praticar (artigo 37.º/1, *a)*, *c)* e *d)* do CPTA), a pretensão de bloqueio imediato do processo exigiria a mobilização de uma providência cautelar de tipo suspensivo e/ou inibitório, nos termos do artigo 112.º/2, *a)* e *i)* do CPTA. Em alternativa, poderia discutir-se a admissibilidade de mobilização do processo de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, *in casu* para tutela das dimensões do direito fundamental ao ambiente afetadas.

GRUPO II (6 val.: 2 × 3)

Distinga, sinteticamente, dois dos seguintes pares de conceitos:

a) Princípio da prevenção / Princípio da precaução

Cfr., *inter alia*, o artigo 3.º/1, *c)* da LBA.

b) Convenção de Aarhus / Acordo de Paris

Ambos são tratados internacionais de que Portugal e a própria UE são partes, mas o seu objeto é radicalmente distinto: ao passo que a Convenção de Aarhus (1998) obriga à tutela das dimensões procedimentais e processuais associadas ao direito ao ambiente (acesso à informação, participação procedimental e acesso à justiça), o Acordo de Paris (2015) fixa metas e instrumentos relativos ao combate às alterações climáticas.

c) Licença ambiental / Licença de emissão

Cfr., *inter alia*, o artigo 2.º/1, *ii)* do RJLA (DL 127/2013) e o artigo 3.º, *f)* do CELE (DL 12/2020).